



POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POBREZA: TENSÕES E CONTRADIÇÕES DA SOCIABILIDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA.

Lauriene Rodrigues Marreiro¹
Samara Hipólito da Conceição²
Alan George Félix Mendonça³

RESUMO:

O trabalho ora apresentado faz um breve panorama reflexivo acerca das tensões e contradições atinentes às Políticas Públicas na sociabilidade capitalista contemporânea, conferindo ênfase à Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Para tanto, propomos como escopo da análise refletir acerca do papel das estratégias e programas de transferência de renda (Bolsa Família) no SUAS articulando-os ao debate crítico que realça os profundos deslocamentos ideopolíticos e institucionais relativos ao significado da produção da pobreza, desigualdade social, alcançados na sociedade brasileira atual.

Palavra-Chave: Capitalismo Contemporâneo; Questão Social, Política de Assistência; Pobreza.

ABSTRACT:

The work presented here provides a brief overview reflective about the tensions and contradictions pertaining to public policy in contemporary capitalist sociability, with an emphasis on Social Assistance Policy - PNAS. Therefore, we propose as the scope of the analysis reflect on the role of strategies and programs to transfer income (Family Grant) in SUAS articulating them to the critical debate that highlights the profound shifts ideopolíticos and institutional significance for the production of poverty, social inequality, made in Brazilian society today.

Keywords: Contemporary Capitalism; Policy Assistance; Poverty.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual do Ceará (UECE). Email: laurienemarreiro@gmail.com

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: shipolitodaconceicao@gmail.com

³ Especialista. Email: alan1@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

Ao compreendermos que as políticas sociais são resultados de um fluxo complexo e contraditório advindo da correlação de forças presentes na sociabilidade capitalista e tensionada pela questão social, que, no tempo presente, expressa suas peculiaridades decorrentes do movimento mundializado e especulativo da versão atual do capital.

Propomo-nos, neste trabalho, a analisar as inflexões políticas e os rebatimentos deste movimento no âmbito das políticas públicas. Para isso, incidiremos o foco da análise na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, implantada há pouco mais de uma década no Brasil, a saber: 2004.

A razão desta escolha se faz à medida que se evidencia nesta Política dois fenômenos articulados entre si e emblemáticos na realidade atual, são eles: 1) as alterações ideopolíticas na concepção da questão social e as implicações relacionadas à materialidade da oferta e do acesso a direitos sociais universalizantes e; 2) a centralidade alcançada pela Política de Assistência Social no âmbito da Seguridade Social impulsionada pela força do lema de combate à pobreza via expansão dos programas de transferência de renda.

Registramos ainda que a relevância deste debate aponta para a compreensão da atual formação do Estado contemporâneo e suas implicações para políticas sociais. Assim, para desenvolver este esforço de análise, abordaremos a discussão em dois momentos.

No primeiro, realizaremos uma breve caracterização da sociabilidade capitalista contemporânea realçando suas principais estratégias de reprodução bem como as peculiaridades da inserção periférica do Brasil e dos países da América Latina com vistas a recuperar nexos e as determinações mais amplas das políticas sociais na realidade brasileira.



No segundo momento, refletiremos sobre as contradições da concepção da pobreza, sua lógica de enfrentamento via Política de Assistência Social e os rebatimentos para a afirmação dos direitos sociais.

Adiantamos, contudo, que este esforço coletivo de análise encerra muitos limites e desafios, uma vez que partimos do princípio de que o real nunca se apresenta como uma explosão de essencialidade. Por isso, reconhecemos a importância do investimento contínuo na pesquisa científica e no debate que nos inspiram a alcançar reflexões cada vez mais coletivas.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Sociabilidade capitalista e políticas sociais: aproximações da realidade brasileira.

No esforço de análise aqui empreendido, registramos contribuições de autores vinculados à cultura marxista com o intuito de realçar perspectivas mais totalizantes para a apreensão do real, com vistas a alcançar uma melhor compreensão do atual estágio de desenvolvimento da sociabilidade capitalista e, sobretudo recuperar as implicações políticas, rebatimentos e conexões atinentes a atual conformação das políticas sociais brasileiras.

Ao descrever a crise da sociabilidade contemporânea iniciada em 1970, Mota (2012) compartilha com Mandel (1990) e Mészáros (2000) a constatação de que estamos diante da mais profunda crise do sistema capitalista, denominada como crise estrutural, que, em síntese, apresenta as seguintes características: 1. Caráter global, pois envolve todos os setores da sociedade (financeiro, ambiental, urbano, emprego entre outros). 2. Alcance em escala mundial, à medida que atinge e interliga todas as nações imperialistas do planeta e 3. Crise de longa extensão temporal ou de persistente duração, para a qual não se avista soluções de superação a curto ou longo prazo.



Diante de tais características, Mota (2012) argumenta, tal como sugere Maranhão (2004), que o caráter mundializado desta crise a impede de ser solucionada por iniciativas particulares de capitalistas individuais. Este fato exigirá que o sistema capitalista acione o Estado e as organizações financeiras para tentar equacioná-la. Assim, para procurar enfrentar suas próprias contradições, a partir de 1980, o capital implementa medidas que viabilizem a recuperação das taxas de lucro e, ao mesmo tempo, apresenta iniciativas que o legitimem socialmente.

Nesta direção de análise, observa-se nas últimas duas décadas do século XXI, o reposicionamento estratégico das classes proprietárias como classes dirigentes, recriando no Estado iniciativas conservadoras de raiz liberal. Eis aqui uma chave importante para a análise aqui empreendida. Ora, como o capital consegue orquestrar movimentos que ampliem taxas de lucros, estimulem o capitalismo financeiro e, ao mesmo tempo, ganhem legitimidade social? A resposta a esta indagação nos aproxima de reflexões capazes de aumentar a compreensão acerca do papel que as políticas sociais tem assumido no cenário brasileiro e na conjuntura latino-americana.

Mota (2012) defende, desde 1990, a tese de que a sustentação deste paradoxo só é possível a partir de estratégias constitutivas de sua hegemonia. Para compreendermos este movimento, é relevante observar que entre 1980 e 1990 a crise era concebida como esgotamento do modelo fordista-keineisiano, exigindo a retração do Estado, a desregulamentação do trabalho e de qualquer controle do capital com vista a viabilizar o projeto neoliberal.

Contudo, na década seguinte, nos anos 2000, observamos uma demanda oposta, que solicita a intervenção do Estado para socorrer a crise financeira. Nesta direção, armam-se outras estratégias e outros discursos que tem como fundamento a ideologia de que é possível implantar um capitalismo justo, sério e produtivo, democrático e redistributivo.

Este discurso ganhou amplo consenso e foi capaz de recolocar no centro do protagonismo político do Brasil e da América Latina governos de esquerda e de centro-esquerda comprometidos em viabilizar um projeto de corte social-liberal capaz de articular



crescimento econômico com desenvolvimento social, onde o combate à pobreza ganha centralidade e força. Desta forma, viabiliza-se mais um ciclo de reprodução das demandas do capital.

É neste contexto que na América Latina desde o final da década de 80 e no Brasil na última década, ganham centralidade as políticas sociais ultra-focalizadas na população pobre, desenvolvidas por meio dos programas de transferência de renda.

Este projeto que alcançou consenso no Brasil teve como expoente o governo Lula da Silva e está pautado no discurso de enfrentamento ao ideário neoliberal estabelecendo sua sustentação na apologia do novo desenvolvimentismo pautado em duas idéias centrais a) A concepção que o enfrentamento ao neoliberalismo só poderá ser viabilizado com efetivo crescimento econômico e mediante a intervenção do Estado; b) A crença de que crescimento econômico conduz inevitavelmente ao desenvolvimento social.

Dessa forma, o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003 no Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, a partir da Lei nº 10.836, para integrar e unificar ao Programa Fome Zero os antigos programas criados no governo do Fernando Henrique Cardoso: o "Bolsa Escola", o "Auxílio Gás" e "Cartão Alimentação", se apresenta hoje, como o maior programa de transferência de renda do Brasil e da América Latina, atendendo mais de 13 (treze) milhões de famílias em todo o território nacional⁴, com condicionalidades. O PBF lança como objetivo central assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome. Além disso, o programa visa assistir domicílios em situação de pobreza e extrema pobreza, com benefício variável de acordo com a situação socioeconômica e a composição do domicílio beneficiário.

Contudo, consta-se que a prioridade dada a estratégias e programas de transferência de renda, embora tenham alçado ampla adesão da sociedade, não foram capazes de superar o alarmante quadro de desigualdade social, situando a região como o

⁴ Dado disponível no site: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> consultado em 15 de abril de 2013, às 08:15h.



mais desigual do planeta. Sobre isto, vale ressaltar que os 20% latino-americanos mais ricos concentram 56,9% da riqueza da região. Enquanto que os 20% mais pobres recebem apenas 3,5% da renda (Relatório da Cepal, 2010 apud Mota, Amaral e Peruzzo, 2012).

Importa neste momento, tal como sugere Mota (2012) recuperar o significado político destes resultados para sociedade brasileira. Uma vez que na era Lula alcançou-se o consenso necessário capaz de conciliar iniciativas aparentemente contraditórias que articulem elementos da pauta neoliberal e da agenda desenvolvimentista.

Sobretudo porque na primeira fase de seu mandato foram efetivadas as contrarreformas da previdência, da educação e o aumento das taxas de juros ao mesmo tempo em que alcança expansão a assistência social, os programas de transferência de renda, o crédito do consumidor, empréstimos populares, aumento do salário mínimo. Ou seja, foram atendidas reivindicações das classes subalternas através do crescimento econômico induzido pelo estado e mantendo-se as exigências das classes dominantes.

Diante deste cenário, propomo-nos no item a seguir a observar de forma mais detalhada o papel que as Políticas Sociais, em especial a Política de Assistência Social, vem assumindo no contexto social-liberal com vistas a refletir acerca das contradições atinentes à centralidade que o enfrentamento a pobreza via programas de transferência tem alcançado no interior na referida Política.

2.2 Política de Assistência Social e a centralidade do combate a pobreza: contradições e desafios para a afirmação de direitos sociais.

É inegável que os programas de transferência de renda via Política de Assistência Social configuraram-se como meio legítimo para o enfrentamento à pobreza. Contudo, Mota (2012) adverte que tais medidas não devem ser traduzidas como caminho de redução e superação da desigualdade social, uma vez que a desigualdade na



sociabilidade capitalista só pode ser alterada caso se altere a forma de acumulação de riqueza vigente.

Conforme aponta Castelo (2012) na visão social-liberal, a pobreza não deve ser creditada à dinâmica da acumulação capitalista e à inserção periférica do Brasil no mercado mundial, tal como analisam os referenciais baseados na perspectiva da totalidade, mas, sim, nas falhas do mercado.

Afirma, ainda, que os adeptos desta perspectiva conferem confiabilidade aos estudos descritivos, privilegiando os aspectos econômicos da pobreza tomada como equivalente à insuficiência de renda, ocultando sua origem, ou seja a “questão social”.

De acordo com Mauriel (2012), a primeira consequência relativa à mudança do estatuto teórico da questão social advém do enfraquecimento do debate em torno dos princípios implícitos na concepção de Política Social presente na Constituição de 1988, que não tratava de combater a pobreza, mas de configurar políticas destinadas a assegurar direitos e o caráter universalistas dos mesmos.

Para tanto, o referido autora registra a recente alteração encontrada na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS Nº 12.435 de julho de 2011, que concebe estrategicamente o combate à pobreza não como um dos objetivos a serem alcançados, mas como principal motivo de existência da PNAS. Vejamos:

[...] para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas sociais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais (Lei Nº. 12.435, DOU, 7 de Julho de 2011 apud MAURIEL, 2012, p. 190)

Contudo, em seu estudo, Mauriel (2012) investiga as influências e ou referenciais que estariam na base de tais alterações teórico-conceituais das políticas sociais brasileiras.

Neste caminho de análise, registra que a concepção denominada ‘liberal-revisitada’ teria como principal representante o indiano Amartya Sen, que defende a tese



do desenvolvimento como liberdade, amplamente difundida pelos organismos multilaterais e com forte influência nas políticas sociais da América Latina.

Para este referencial, a pobreza é concebida de forma dissociada, qual seja: pobreza de renda e pobreza de capacidades. Tal distinção difunde a compreensão de que a superação da pobreza implica necessariamente no investimento em ações e estratégias que ampliem as potencialidades e habilidades individuais diretamente relacionadas ao poder dos indivíduos de auferir renda.

Dessa forma o Estado brasileiro, ao demonstrar adesão a este referencial não rechaça os sistemas públicos de caráter universal, contudo, priorizam os investimentos que estimulam e ampliam as capacidades dos indivíduos para o exercício da autonomia (acesso a micro-crédito, transferência de renda (Bolsa Família, entre outras).

Isto significa que os sistemas de serviços públicos devem ser disponibilizados para todos e não apenas para os pobres. Ao mesmo tempo, deve-se continuar fortalecendo as redes de serviços privados, cabendo a cada indivíduo o direito de exercer sua liberdade de escolher entre as ofertas públicas e privadas com base na concorrência posta entre ambas. Isto permite a convivência de uma proposta híbrida entre sistemas universais básicos e formas individualizadas de proteção privada.

3. CONCLUSÃO

Neste contexto, observamos que as políticas sociais contemporâneas, e em especial a Assistência Social atravessam contradições e desafios que acabam por oferecer um legado de desconstrução simbólica e ideológica da Seguridade Social, enquanto referência para a oferta da proteção social pautadas na intersetorialidade e na universalização e ampliação dos direitos sociais.

Sendo assim, a partir deste debate, reforçamos a necessidade de buscar incessantemente a compreensão da totalidade dos processos sociais, como forma de



manter a radical e intransigente defesa da seguridade social sem confundi-la com institucionalização e expansão da Assistência Social.

Diante deste debate, reforçamos tal como sugere Mota, (2012) um dos principais desafios do tempo presente, qual seja: resgatar a diferença entre iniciativas de enfrentamento a pobreza e estratégias de superação da desigualdade, esta última pautada pela recuperação do nexo entre acumulação de riqueza e produção da pobreza.

Isto significa tratar tais questões reposicionando-as no horizonte da emancipação política e humana, compreendendo a afirmação de direitos com uma importante mediação anticapitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 613-636, nov. 2012.

MAURIEL, A. O. Pobreza, seguridade social e assistência social: desafios da política social brasileira. In: MOTA, A. E (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Nota MDS. **O perfil da extrema pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010**. Brasília, 2 maio 2011.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, Ana Elisabete. **O Mito da Assistência Social: ensaio sobre Estado, Política e Sociedade**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. AMARAL, A; PERUZZO, J. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, A. E (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.